

## ENTREVISTA COM MATILDE RIBEIRO\*

### COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES

Dentro da ampla agenda histórica do Movimento Negro, a questão das cotas destacou-se a partir da Conferência de Durban. Tenho a impressão que foi a agenda que agregou mais adesões, tanto do movimento social como também da negociação do Movimento Negro especificamente com os setores governamentais. As duas Universidades Estaduais, a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e a UNEB (Universidade Estadual da Bahia), junto com a UNB (Universidade Federal de Brasília), foram as pontas de lança para esse processo.

Naquele período de 2003/2004, eu, Ministra da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), pude perceber que a partir dessas três experiências polarizou-se o debate: de um lado, consolidaram-se argumentos favoráveis às cotas, ampliando adesões, e, de outro, definiram-se as posições contrárias, de contestação e de repúdio. Os dois movimentos, seja o de adesão e também o de repulsão, foram paralelos e com semelhante força. Os posicionamentos de adesão agregaram setores do Movimento Negro e também lideranças que foram fiéis aos princípios de criticidade em relação ao Estado por não ter assimilado ao longo da história a inclusão do negro. Enfim, uma avaliação que considerava que, após a abolição, os negros não foram incluídos como cidadãos por parte do Estado. E os setores que se manifestaram contrários, eu entendo que tenderam a construir argumentos muito ligados a uma perspectiva universalista e até mesmo uma distorção de análise do que significa a inclusão dos negros via cotas. Eu entendo que esta distorção é muito baseada em visão de privilégios e de garantia de *status quo*. A contestação não vinha despreparada de fundamentação analítica sobre as políticas públicas desenvolvida por pessoas que, durante muito tempo, beberam da fonte do Movimento Negro à inclusão do negro na sociedade. Avalio que o discurso do Movimento Negro contra as cotas foi sempre muito bem construído; na minha visão, os setores que se colocaram contra foram mais ágeis, inclusive contando com o apoio da grande mídia e de setores empoderados da sociedade. Durante algum tempo, parecia que esse setor era muito maior do que realmente era quando a discussão alcançou o Supremo Tribunal Federal. No momento final da votação, principalmente do caso da UNB, as duas posições

\* Matilde Ribeiro foi Ministra da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial).

Esta entrevista foi realizada por Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias.

se apresentaram de maneira bastante efetiva, e eu avalio que o argumento do setor favorável foi mais contundente junto com estratégias de negociação que o Movimento Negro adotou perante os ministros e os formadores de opinião. Então, a vitória no Supremo não tem que se circunscrever ao voto dos onze ministros. A vitória do Supremo é uma vitória social, é uma vitória da luta do Movimento Negro, considerando todo o conjunto das parcerias. Porque se nós formos atribuir a vitória ao voto dos onze ministros, nós vamos dizer que o supremo é mágico, que basta decidir, levar os crachás e onze pessoas decidem pelos rumos da nação brasileira. E não é verdade, essas onze pessoas, nesse caso por unanimidade, foram convencidas ao longo do processo. Há duas questões gritantes que dizem respeito à agenda racial: A política de cotas e a questão dos quilombos. As cotas votadas por unanimidade podem ser entendidas, principalmente por setores conservadores, como um ato simbólico, diante de perspectivas democráticas, saberes etc. Agora, a questão do quilombo, diante disso, vai ser o outro “calcanhar de Aquiles”, porque isto implica em terras, propriedade, pedaço do território. Não acho que essa situação vai continuar favorável como foram as cotas. Não tiro em momento nenhum o mérito da conquista, a conquista social, mas por outro lado não vai ser fácil ter continuidade quando se avança para questão da terra. Então, nós temos aí um sinal, um sinal verde para as cotas e um sinal amarelo para vermelho no que tange à questão dos quilombos, a batalha não está vencida, não.

## **APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL**

Enquanto gestora, acompanhei durante um bom tempo a negociação em torno do Estatuto da Igualdade Racial. Ele passou mais de dez em anos em votação, e tem questões que são de fato perdas no sentido da formulação que vinha sendo feita por parte do movimento social, combinando com algumas adesões que vinham do parlamento, inclusive por parte dos propositores Paulo Paim, Luiz Alberto, Janete Pietá e outros. É, as questões centrais que não entraram nesse Estatuto têm a ver com o debate anterior. Primeiro, a proposição, por parte do movimento social, de um fundo de financiamento da igualdade racial. Este, no momento da negociação, foi tirado de cena e ficou a questão de formas de financiamento para a política. Essa é uma questão que não passou naquele momento anterior a votação e ao arranjo final do Estatuto e não vai passar tão cedo, porque a definição de um fundo para igualdade racial define um lugar, ou definirá um lugar na política nacional que há para a igualdade racial, que a lógica

estabelecida para a Política da Igualdade Racial ainda não tem. E, justamente por isso, vêm as outras duas questões que eu quero pontuar, que foi a tirada do processo da articulação da política para quilombos e das cotas. Essas três questões ficaram ausentes do documento final, entre tantas outras. Estou falando especificamente dessas três, porque acho que elas se combinam. Mas nós temos que avaliar que o resultado de negociação da política nunca é cem por cento favorável à demanda construída. Neste sentido, então, não há lei perfeita, mas lei possível. E nesta lógica da lei possível, acho que esse Estatuto assume, sim, um valor importante para esse momento histórico, porque como Lei, traz um arranjo institucional para a Política de igualdade racial; e tem uma brecha, nesse Estatuto, que é uma construção ainda a ser feita de maneira mais efetiva e visando consolidação, que a construção do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que levará algum tempo para essa negociação ser mais completa dentro da lógica do Estado brasileiro, mas apontar a construção do sistema nacional é uma visão de não parar as negociações. Nós temos várias referências desse tema, os mais acabados que nós podemos trazer hoje são políticas, que é o SUS (Sistema Único de Saúde) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). E, obrigatoriamente, no avanço do debate de negociação sobre o Sistema Nacional de Igualdade Racial, vai voltar o fundo, assim como todas as outras questões que são pilares para essa política. Então, eu entendo que mesmo que o Estatuto tenha, na sua formatação final, perdido várias das questões votadas anteriormente, desde seu início, nós podemos avaliar que a construção da democracia não é linear, nós temos feito um movimento circular. Então, pegar o SINAPIR, que é a indicação da construção de um Sistema Nacional de Igualdade Racial, como um instrumento a ser construído como consolidação do Estatuto, é a possibilidade de retomar todas essas questões.

## **A VISIBILIDADE DO NEGRO NA MÍDIA**

Identifico que ocorreram avanços. A propaganda, principalmente a vinculada à estrutura estatal, apresenta negros mesmo que em minoria. Na propaganda do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, os negros estão representados. Hoje, aqui, em São Paulo, foi lançado o Programa voltado à Primeira infância, entre as imagens e as carinhas das crianças, há crianças negras. Eu entendo que o momento que nós estamos vivendo, está longe de ser o momento ideal, mas nós avançamos na lógica do politicamente correto. Negros estão aparecendo em maior número nas novelas, mesmo que ocupando cargos subalternos em funções subalternas.

Quero destacar pelo menos duas questões relacionadas com o debate na mídia. Por um lado, não podemos perder de vista a ocorrência de alguns avanços; por outro, temos que discutir a dimensão desse avanço. Porque se a população negra é mais da metade da população brasileira, colocar um ator negro entre dez nas telenovelas e ocupando posições como empregadas domésticas, bandidos, ou como empacotadores; isto não contribui para a construção da autoestima. Não significa reconhecer a dimensão dessa população no país. Este é o debate que nós temos que fazer agora, a partir do que já foi construído. A primeira reação que tendemos a ter quando vemos um negro ou uma negra ocupando o cargo de serviçal na TV é denunciar o veículo. Agora, a reação é se querem ou não querem o negro na TV, e fica o debate entre o que é bom e o ruim, e eu não acho que a questão seja por aí. Eu acho que a questão é a gente avançar, para dizer: não! É necessário ampliar o número de atores negros, mas também ampliar a diversidade de funções e posições sociais que irão representar. Temos que dizer que podemos representar papéis de serventes, mas também de médicos, de protagonistas. Temos que dizer que negro também ama, também beija na boca, tem família, tem trabalho. A abordagem ainda é sofrível, nos telejornais nós vemos que o foco é para o negro que reproduz aquela lógica que “quando não caga na entrada, caga na saída”, e o bem que fazemos pouco aparece. Temos que continuar o debate no sentido de ter a garantia da qualidade da presença e de representação.

## **MOVIMENTO NEGRO, MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS, MOVIMENTOS SOCIAIS**

Nos anos 80, ocorreu um *boom* do Movimento negro e das organizações de mulheres negras. Suas vozes ecoaram de maneira efetiva na sociedade. Isso foi positivo, e hoje em dia nós temos conquistas, não só para as mulheres negras, mas para a sociedade como um todo. Somando a ação das organizações das mulheres negras com as organizações feministas, nós alcançamos as discussões das cotas e da paridade, bem como temos mecanismos para a sua aplicação. Na relação com o Movimento Negro, entendo que as pautas destas instituições, por força também dessas negociações, está bem mais flexível à questão da representação das mulheres e da visão de gênero na construção das políticas. Ainda temos muito a conquistar, mas vejo avanços. Agora, do ponto de vista da organização mais ampla, somando esses dois setores, eu acho que nós não temos que investir numa visão de refluxo. Eu acho que nós temos que identificar quais são as diferenças de

organização e quais são os mecanismos de organização que a conjuntura traz, que faz com que os movimentos tenham outras posturas nas suas negociações, por exemplo: dos anos 80 para cá, construímos uma agenda que foi negociada com os poderes públicos e com o Estado. Muitas lideranças dos movimentos sociais que atuavam de costas para o Estado encontram-se, hoje, ocupando cargos no interior dele. Hoje vemos com mais frequência um negro ocupando o cargo de gestor público. Este é um dado relevante, apesar de não representarem, em números, a proporção da população negra do país.

Nós estamos num processo de conferência, respondendo ao chamado da conferência nacional, passamos pelos municípios, e agora está chegando a hora das conferências estaduais. Então, dá para vermos a figura do antigo militante, exclusivo das entidades sociais, representando setores do Estado, com essas debilidades que eu falei. Então, estas são conquistas que devem ser investidas e aprimoradas. Outra questão é que, antigamente, tínhamos como ferramenta a mobilização política. Através de cartas, telegramas, mas o foco central era a ação presencial de rua. Hoje em dia, as pessoas se comunicam pela Internet, esses movimentos não estão mais visíveis na rua, e o Movimento Negro no Brasil não é um movimento de massas, é um movimento de quadros, aliás, essa é uma discussão muito clássica, muito pragmática entre quadros e massas, mas efetivamente, essa ainda é uma questão, um anseio que a questão racial venha mobilizar grandes massas, isto ainda é um desafio para o Movimento Negro. Nós temos as ONGs (Organizações Não Governamentais), nós temos a academia, hoje também se mobiliza pela questão, tem aí a APN (Associação de Pesquisadores Negros (as)), que realiza um congresso com mil e tantas pessoas. O Movimento Negro ainda é um movimento de lideranças, se não quisermos usar o termo “quadros”. Embora isso mude um pouco ao longo da História, porque os partidos têm isso como uma formulação ainda muito fechada, esse movimento é um movimento de lideranças e está longe de ser um movimento de massas capaz de chamar e lotar as ruas. Mesmo nas recentes manifestações nas capitais do país, a gente não viu o movimento negro sendo protagonista. Essas manifestações mesmo com uma pauta muito difusa, envolveram negros, mas o Movimento Negro como tal não foi protagonista. A internet mobiliza os debates quotidianos, as pessoas, muitas vezes substituem o diálogo na Internet pelas ações de rua e assim sucessivamente. O fato de aqui nós termos furado os cercos da academia, muitos de nós fomos lá para dentro e trocamos a ação de rua pela leitura, pela formulação, enfim, tudo isso tem que ser colocado na conta. Então, acho que devemos ter cuidado

em afirmar que houve refluxo. Devemos analisar quais são as novas formas que nos colocam em ação. Inclusive também a possibilidade de ampliação de conhecimento acadêmico, a instrumentalização profissional. Muitos militantes do Movimento Negro passaram a exercer funções relevantes em outras frentes, em instituições que não necessariamente as organizações negras. Para mim, tudo isso deve estar na reavaliação de formas, antes de qualquer afirmação de que houve refluxo.

## **RACISMO INSTITUCIONAL**

O racismo institucional é uma das formas mais inteligíveis e melhor absorvidas pelas formulações acadêmicas, diante de uma realidade que sempre existiu, não é? A explicação básica do racismo institucional... vamos imaginar que você está entrando numa empresa, pela porta da diretoria. Quem é que você encontra na sala? Em geral, é um homem branco engravatado ou o asiático, nunca o negro ou o indígena, no comando daquela empresa. Quando você entra pela porta do térreo, quem é que você vai encontrar na base da empresa? Bom, você vai encontrar o porteiro negro, o ascensorista negro, o faxineiro negro, em geral nessas funções, bem mais mulheres, com exceção do porteiro, bem mais mulheres do que homens. Então, o que acontece nesta empresa? Não há mobilidade, não há dinamismo do ponto de vista racial, e isto é racismo institucional. Estou falando como é no cotidiano, porque a formulação do racismo institucional não diz nada para quem não tem uma formulação política ou acadêmica. Então, eu acho que o conceito ele ainda não chegou ao entendimento direto para maioria da população, de uma coisa que sempre existiu.

O conceito de racismo institucional é muito importante quando se trata de justificar a luta por direitos e cidadania, mas ele está longe de ser entendido pela maioria. Também entendo que as ações afirmativas, no contraponto ao racismo institucional, constituem estratégias que fazem parte da política da igualdade racial. Contudo, elas se misturam com debates, também conceituais, que podem levar a uma diluição do que é o objetivo. Por exemplo, o debate sobre diversidade. O debate da diversidade pode ser prima das ações afirmativas no combate ao racismo institucional, mas a depender de como ela é utilizada, como conceito. Ela também pode contribuir para o freio das coisas que não contribuem para que as coisas andem. Então, entendo que são escolhas que a gente faz, que, do ponto

de vista conceitual, é fundamental para avançar na lógica das políticas públicas e na garantia dos direitos. O fundamental é enfrentar o racismo, e os conceitos são ferramentas que devem se combinar com ações efetivas. Esses conceitos estão na praça e devemos ter sagacidade para usá-los no enfrentamento do racismo.

## **A QUESTÃO ETNICORACIAL E O SERVIÇO SOCIAL**

Terminei a faculdade em 83. Nos anos 80, na PUC – SP concentrava um grupo de professores militantes que vieram a contribuir para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e estimulavam o movimento estudantil na luta contra a ditadura. Minha primeira opção era Psicologia, e não Serviço Social. Mas as minhas condições financeiras não permitiam. Eu tinha que trabalhar o dia inteiro e estudar à noite. Não havia curso noturno de Psicologia. Eu queria fazer Psicologia porque, pelo menos no meu meio, era um curso mais bem divulgado do que o Serviço Social. Terminado o Serviço Social, na condição de estudante oriunda de família pobre que, com meu trabalho, pagava a faculdade e, ainda, ajudava em casa, eu não tive chance de ser militante. Eu estava determinada a estudar e esperei terminar a faculdade para poder agendar a atividade de militância. Nesta época, em 79, por dentro da academia, ocorreu o Congresso da Virada. Embora eu tenha entrado depois (entrei na faculdade em 80)... mas os reflexos do Congresso da Virada, os reflexos sobre os debates do Código de Ética, e toda a instrumentalização do Serviço Social. E também aqui em São Paulo, em particular a entrada dos assistentes sociais no meio da política, como no caso da Luiza Erundina, como Vereadora em 1982, depois veio a ser a Prefeita de São Paulo mais tarde. Tudo isso contribuiu para que o primeiro congresso da categoria, do qual participei depois que me formei, acho que foi em 1987. Bom, eu não lembro exatamente o ano, mas estimulou, aqui em São Paulo, o protagonismo do Movimento Negro na época.

A criação do MNU (Movimento Negro Unificado) em 1978 estimulou a mobilização dos negros na PUC. Em São Paulo, eu, Majô, que infelizmente faleceu esse ano, e Suelma, éramos recém-formadas e resolvemos escrever uma comunicação para este congresso: “A questão racial como elemento de transformação no Serviço Social”. Escrevemos essa comunicação e fomos para o congresso e, para a nossa surpresa, o Rio havia feito a mesma coisa. Lá estavam a Magali, a Fátima e um grupinho que possuía uma “tese para ser defendida” nesse congresso. O meu primeiro encontro com Magali foi nesse congresso e bem como

com outras assistentes sociais negras com as mesmas ideias. Mas quero afirmar que não foi coincidência, nós fomos produto de um momento histórico que despertou no interior do Serviço Social as preocupações com a classe trabalhadora, com as transformações sociais e com uma grande aproximação com o marxismo.

Em 1988, ocorreram, também, as mobilizações do Movimento Negro em resposta à estratégia do Estado de comemorar O Centenário da Abolição. Tudo isso contribuiu para que tivéssemos protagonismo naquele momento. Algumas de nós, como aconteceu comigo, tomamos a decisão de mantermos nossa presença no Movimento Negro. No meu caso, militei no Movimento de Mulheres Negras, no Movimento Feminista, no Movimento Negro e no Partido dos Trabalhadores (PT). Hoje, minha participação é diferenciada, é escrevendo um texto, fazendo uma palestra, contribuindo para a organização de eventos.

Após esse momento do congresso, vieram novas adesões. Lembro-me do momento em que a Beth Pinto, hoje na UFBA, (Universidade Federal da Bahia), vinda de Amparo, interior de São Paulo, procurou-me para conversar sobre a questão racial. Eu não sei como ela me achou, mas eu a recebi na minha casa. Conversamos sobre o que havia acontecido no congresso e sobre livros que eu tinha e indicava para a leitura. Enfim, foi assim que Bethe começou a discutir sobre questão racial e o mesmo aconteceu com Mabel, que hoje trabalha na Prefeitura de Guarulhos. Eu também recebi Mabel em minha casa, trocamos livros e assim foi. Nós não tínhamos a ideia da formatação de uma rede de Assistentes Sociais, mas fomos nos articulando.

Assim, as entidades da categoria convocaram uma campanha de combate ao racismo. Bethe liderou esse processo. A vinculação da questão do negro com o Serviço Social motivou a criação de setores no movimento social e cada uma de nós tomou um rumo. No meu caso, trabalhei numa ONG chamada Sempre Viva Organização Feminista, composta por uma equipe multiprofissional, durante dez anos, eu entrei em 1987 e saí um pouco antes de completar dez anos; e vi essa ONG trabalhar com o que chamávamos de assessoria aos movimentos sociais, mas não cabia essa palavra, não podíamos ser chamadas assim. A gente trabalhava junto com os movimentos sociais, e eu fui descobrindo que a Zona Leste de São Paulo é uma área de concentração de nordestinos e negros etc., e alimentava o Movimento Negro. Hoje sou gestora pública e tenho formação acadêmica. Mas em todos os momentos, houve esse cruzamento entre gênero, raça e classe. Antes de ingressar na Universidade, eu não tinha vinculação alguma com a militância política.



## **GRUPOS TEMÁTICOS DE PESQUISAS (GTPS) CRIADOS PELA ABEPSS – EIXO GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE**

Então, na verdade, não desenvolvi a militância acadêmica no Serviço Social, fiquei com o lado político da coisa. Nos anos 80, cheguei a fazer parte aconteceu naquela conjuntura, que foi a tomada dos Conselhos Regionais, das entidades fiscalizadoras. Mas cheguei a fazer parte desta investida dos profissionais militantes desta categoria, dos órgãos dessa fiscalização desta categoria, que até então era o lugar da direita. Inclusive, o meu impulso para a entrada do Movimento Negro se deu aí. Em 1988, final de 1987, início de 1988, quando o Movimento Negro chamou as instituições para debater o posicionamento do movimento social contra o posicionamento do Governo Sarney, em comemoração aos cem anos da abolição, então eu estava como parte integrante da direção do Conselho Regional dos Assistentes Sociais. Chegou a carta, e na hora de distribuir tarefas, estava lá convidando o CRASS, na época para fazer parte desta mobilização. Eu era a única negra na direção e o pessoal da equipe disse: Matilde olha aqui! Então eu disse: Por que tem que ser eu? Eles estão convidando a instituição, mas eu fui.

E foi assim que eu me tornei militante do Movimento Negro e nunca mais saí. Depois, enveredei pela tática “onguista” e a organização das mulheres negras tomou curso. Eu saí da militância da categoria, mas continuo me relacionando com a categoria, no sentido político mais geral. Eu não dei continuidade à militância estruturada dentro das instituições da categoria. Então, não estou acompanhando esse debate mais atual.

## **DEFESA DA TESE DE DOUTORADO**

Na verdade, fiz um caminho bem múltiplo. Fiz graduação em Serviço Social e, depois, fiz várias especializações em áreas mais ligadas ao trabalho e à dinâmica de grupo. Acabei fazendo o mestrado em Psicologia Social e concluí em 1999 e, mais recentemente, fiz especialização na área ambiental. Fortaleci meu trabalho na “Sempre Viva”, dinâmica de grupo, construção de coletivos a partir da identidade de gênero. O foco do meu mestrado foi mais gênero do que raça. Depois a especialização tinha a ver com um Projeto Legal, que eu estava envolvida na época, trabalhando em Santo André, que somava a questão de gênero, com a questão ambiental, foi um trabalho que eu estava envolvida durante uns quatro

anos, eu fiquei motivada a entender esse contexto do meio ambiente que não fosse o verde e ponto, mas o espaço de inclusão territorial com garantia de qualidade de vida. Nesse processo, indo depois da construção da coordenação da “Campanha Lula 2002”, eu fui representando a Secretaria Nacional de Combate ao racismo, estruturante do PT e coordenei a elaboração do Programa Brasil sem Racismo, por dentro da “Campanha Lula”, foi aí que a questão racial tomou assento efetivo, além da militância política, como área de produção. Então, atuando depois como Ministra, foram seis anos. Eu interrompi o doutorado para ir à Brasília em 2003, eu já tinha feito todos os créditos, já estava entrando na fase da sistematização, parei e vivi intensamente essa descoberta em ser Ministra, perdi tudo que tinha feito no doutorado. E o doutorado na época, ainda estava muito ligado a essa experiência de meio ambiente, gênero e inclusão social. Quando eu voltei em 2008 para São Paulo, eu não consegui recuperar o doutorado, o que eu tinha feito e comecei tudo de novo.

Nesse começar de novo, a questão racial estava nos poros, nas veias, aí eu abandonei o projeto anterior e comecei outro, que resultou nessa finalização agora, com o tema “Institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil”. E mesmo voltando para o Serviço Social, isto foi uma opção consciente, passando pela Psicologia Social, eu achei legal a experiência, mas eu não criei aderência na área. Eu descobri que o ser Assistente Social era muito forte em mim. Então, quando eu volto para o Serviço Social, e essa decisão eu já tinha tomado em 2001, quando entrei no doutorado, e essa entrada foi pelo Serviço Social, quando volto desses dois doutorados, praticamente em 2008, foi difícil encontrar o foco para trabalhar a questão racial, neste novo recomeçar, porque estava muito impregnado em mim também a vivência de ministra. Eu tinha uma única decisão que era a de estudar a SEPPPIR. Porque estudar a SEPPPIR, significaria estudar a mim mesma. Então, a decisão era de não estudar a SEPPPIR. Eu não sabia como fazer isso, foi agonizante. A minha orientadora que é a Maria Lucia Carvalho da PUC/SP, que é uma graça e está se aposentado (ela tem 83 anos), nos momentos finais, ela enfatizou isso, então dizia: “olha Matilde, você ficou marcada como alguém que procurou numa intensidade o tal foco que isso marcou aquele momento e as pessoas que vieram depois”. Mas essa procura tinha a ver com isso, eu não queria estudar a SEPPPIR como um caso, e ao mesmo tempo queria estudar as políticas de igualdade racial, então eu demorei um tempo para chegar a esse objeto que acabei estudando. Eu fiz um recorte espacial no processo da Revisão Constitucional e encontrei um documento do MN de 1986,

liderado pelo MNU (Movimento Negro Unificado), que fez uma Convenção do Negro Pró Constituinte, e o interessante é que este documento, ele abre dizendo o seguinte – tendo em vista que a Revisão Constitucional ia acontecer dois anos depois, isso em 1986, e eu não participei deste momento. Mas o documento dizia: “Nós, negros organizados, não acreditamos nessa democracia (isso na voz do MNU), sabemos que o negro será preterido nesse processo, mas acreditamos na construção de uma sociedade diferenciada a partir do nosso olhar. Então, aqui esta o resultado de uma convenção pró constituinte”. Então, peguei este documento, o documento da Campanha Lula “Brasil sem racismo”, ou seja, três documentos da revisão constitucional que resultou na indicação de que racismo é crime, terra para quilombola, ações afirmativas, era o próprio grupo dos constituintes, o MN inspirou os constituintes. Então, eu pego este período, mostrando como se deu a institucionalização da política de igualdade racial no Brasil. Não é exatamente uma análise das políticas públicas, mas é uma demarcação de um processo de institucionalização de uma política que nunca coube para o Estado Brasileiro como questão prioritária. Eu peguei o documento de Durban também, mas ele não está entre os três iniciais. Mas o resultado é óbvio, houve institucionalização da política de igualdade racial no Brasil, no entanto, os resultados são aquém da necessidade histórica. Agora, o óbvio precisa ser dito, porque ele nem sempre é visto, dentro desta possibilidade. O que eu consigo enxergar é a construção das estratégias utilizadas pelo MN, junto com as Organizações de Mulheres Negras, posturas de negociação com o Estado Brasileiro. Durante muito tempo, o MN ficou de fora dessas negociações, mas chegou o momento em que dentro dessas negociações o ponteiro foi mudado. Então, de uma postura de que ficava de costas para o Estado, passou a ser um negociador de políticas públicas, e que hoje, considerando conquistas como o Estatuto, a SEPPIR e a própria Constituição e canais de negociação com a sociedade, inclusive com setores de artes, é possível ter certeza de que a política pública é o caminho, mas que esse caminho precisa ser mais e mais lapidado.

## **UMA UNIVERSIDADE PARA NEGROS – A UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES**

Penso que antes é importante falarmos sobre as conquistas alcançadas, que, apesar de não atenderem a todas as nossas necessidades, mas que parte dessas conquistas são PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e as próprias

COTAS nas universidades públicas. Essas duas perspectivas são maiores do que a de Zumbi dos Palmares, pois são colocadas no rol das políticas públicas assumida pelo Estado. A Universidade Zumbi dos Palmares, eu entendo como uma experiência importante. José Vicente é, sem dúvida, o grande empreendedor, e por mais críticas que eu tenha a esse empreendedorismo, a relação com o conjunto das políticas públicas, mas não dá para negar que ele é um grande empreendedor. A Zumbi dos Palmares, ela é uma experiência circunscrita numa capital do Brasil como é São Paulo, ela não cabe em qualquer lugar, e avalio que a sua existência motiva essa proposição de que lugar de negro é na escola e também no nível superior. Agora, ela tem também é vista como uma universidade privada. Nós temos uma construção crítica às universidades privadas e quando falo nós, me refiro à categoria. Amplia-se a cada dia o número de universidades privadas, numa dimensão que do ponto de vista da qualidade do ensino, deixam muito a desejar. A Universidade Zumbi, eu entendo que ela tem que ser considerada no rol das universidades privadas, mesmo que ela seja mais barata, mas ela é uma universidade privada. Uma universidade privada, que de uma maneira empreendedorista, pelo próprio princípio da sua fundação, recorta a questão racial como única, na existe outra no Brasil com essa perspectiva. Então, cabe valorizar a ousadia, mas ela não responde em larga escala, ela é uma localizada, e tudo isso deve ser levado em consideração. Com isso, eu quero dizer o seguinte: louvável a iniciativa, mas quando pensamos o macro, ela é um grão de areia no oceano. Eu entendo que essa experiência tem que vir para dentro do debate das cotas e do PROUNI, como uma experiência que traz uma singularidade e que tem que ser tocada em larga escala.

## **SER UMA PROFESSORA NEGRA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

Pelo meu tempo de vida, eu tenho um apreço muito grande pela educação, mas não necessariamente a educação informal. Eu sou produto de uma geração que investiu na educação popular. Os ensinamentos de Paulo Freire são muito presentes em minha forma de ver o mundo e assumir os projetos sociais onde eu me envolvo. Então, quando eu trabalhei em ONG, e eu tenho trinta anos de formada, e metade é ONG e metade é governo. Quando eu trabalhei em ONG, essa visão da educação popular e da formação política estiveram sempre muito presentes. E como coordenadora de grupos e estimuladora do debate político, o

ensinamento político de levar em consideração essa educação Freiriana. Entendo que o ato de dar aula em faculdade, ele é um passo seguinte. O lado de educadora popular sempre esteve muito presente ao papel da professora universitária. E tenho mais tempo de educadora popular do que de professora universitária. Eu tive duas inserções como professoras, em 2001, que eu interrompi para ir para o Governo Federal e depois quando voltei, passei a dar aulas na Faculdade Paulista de Serviço Social e esse processo durou três anos, mas agora todos nós fomos demitidos aqui em São Paulo. Mas neste momento eu estou assumindo a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, sou secretária adjunta. Então, essas duas experiências, me proporcionaram muitos ganhos. Eu tive que voltar a ler coisas que eu tinha deixado lá atrás nos anos 80, como a própria construção do Serviço Social e seus instrumentos que o colocam na visão transformadora da sociedade. Enfim, tive que reler e rever muitas coisas e gostei muito de dar aula. Acabei de dar um módulo agora, que foram classes e movimentos sociais, porque foi possível fazer um *link* desde lá na opção de trabalhar a questão racial, pois essa disciplina me possibilitou juntar a educadora social com a professora universitária. Levar adiante os ensinamentos populares me ajudou bastante no doutorado porque eu passei a ler textos para entender o movimento social como uma área de estudo acadêmica, o que antes para mim era uma área de militância política. Então, essa vivência professoral para qualquer pessoa, mas falando da nossa categoria, ela é bastante estimuladora, para gente entender a tal da práxis social. Isto é muito interessante para gente entender o perfil dos alunos do Serviço Social, que tem uma mensalidade que pode ser cara, mas não é esguelante como outras por aí, é um perfil de alunos que estudam, a maioria mulheres e que trabalham o dia inteiro (a grande maioria), mas também um perfil de alunos mais velhos, que voltaram a estudar, também mulheres que criaram seus filhos, buscando a qualificação profissional. Não tem, ou pelo menos eu não vejo o que via nos anos 80, enquanto estudante, aquela discussão do Serviço Social como ajuda, até existe, porém, com menos intensidade. Esta experiência para mim foi bastante enriquecedora.

## **ERA COMUM ENCONTRAR OUTRAS PROFESSORAS (ES) NEGRAS (OS)?**

A maioria é branca e mulher, agora na Faculdade Paulista, tem a Suelma, a mesma que escreveu comigo a comunicação para o congresso da categoria nos

anos 80. Ela está doze ou treze anos nesta universidade, ela foi reintegrada, então a Suelma é a plantonista, as outras circulam. Mas do impacto, sim, é bastante interessante uma professora negra na sala de aula e, sobretudo, com esse histórico de ter sido Ministra, causa nos alunos uma curiosidade. Durante esses três anos, vários alunos pesquisavam sobre a minha vida e chegavam com reportagens e traziam informações sobre o meu perfil de pessoa, do ponto de vista político, do ponto de vista ser diferenciada dos demais professores da faculdade. Eu dizia para eles que ali dentro da sala de aula eu não era política, era apenas professora, vamos pegar essa referência sobre a minha pessoa, como sendo uma referência para estudar os ícones que temos no Brasil, assistentes sociais que atuam publicamente, vamos traçar o perfil da militância de políticas como Luiza Erundina, Aldailza Sposati. Enfim, como o tema era movimento social, era muito interessante porque eu trazia para a disciplina por alunos escolherem temas que interessam, mas eu sempre vinculava a uma pesquisa além da construção da política, quais os movimentos que correspondiam a esse tema, e quais os ícones que tinham nesses temas, personalidades que se destacavam na construção desse tema. E assim, inevitavelmente, nesses três anos que eu estive lá, a questão racial aparecia, eu não sei se caso eu não estivesse lá e se não fosse negra, se esse debate apareceria, eu creio que não. Então, eu entendo que tenha esse estímulo dentro da sala de aula. A construção da autoestima dentro e fora da sala de aula ela é muito motivada pelas situações, se você não tem essas motivações, que o seu cabelo é bonito, que negro não é do mal, se você não tem ambiente que contribua para esta construção positiva. Eu gosto dessa experiência em ser professora, não vou desistir. Estou só dando uma pausa para tirar a “ressaca” do doutorado, que foi muito intenso em seu último período e estou envolvida na construção de um projeto, que mesmo sendo adjunta e cansada com as experiências anteriores, eu ainda volto para sala de aula.

## **INFLUÊNCIA DA LITERATURA EUROPEIA E DOS INTELECTUAIS NÃO-NEGROS**

Penso que depende, porque o contexto geral é esse, Literatura europeia, americana, é uma literatura influenciada pelos países de primeiro mundo. Neste momento, lá atrás, quando eu era aluna de graduação, existia mais estímulo em se buscar referências latino-americanas, por exemplo, olhando a grade curricular hoje, e a que eu vivi há trinta anos, a gente lia mais textos em espanhol,

inclusive eu questioneei nesse processo da FAPSS, porque eu queria incluir um texto falando sobre a realidade dos países da América Latina, e os alunos não queriam ler o texto, então eu fui procurar a coordenação, a forma de olhar para o nosso próprio umbigo neste país, é pelo menos olhar para o lado, é mais fácil eles compreenderem a realidade de quem está ao lado, do que dos Estados Unidos, então eu penso que depende muito das nossas posições políticas para poder reverter um pouco esse “europeísmo ou norte-americanismo” dentro das universidades. Eu, particularmente, não consigo me associar a uma única linha teórica, eu continuo tendo como referência o marxismo, mas eu não acho que ele seja tudo. Sobretudo do ponto de vista racial, embora tenha algumas críticas, acho muito interessante colocar que os posicionamentos políticos marxistas, ao longo da História, assim como o próprio Estado e a sociedade, não abordam a questão racial com a dimensão que ela merece. Então, eu não consigo me vincular a um único vetor acadêmico, eu ainda bebo muito na fonte marxista, mas não custa entender um Boaventura, não custa buscar outras referências como Nancy Fraser para se falar de justiça social no Brasil. Agora, eu faço isso buscando também Kabengele Munanga, buscando a Nilma Gomes, buscando e valorizando os próprios textos do movimento social. Então, eu avalio que para pensar a academia numa relação com a política, eu acredito neste vetor, ela tem que ter um posicionamento, sem dúvida, mas ela tem que buscar uma posição mais ampla, não buscar a defesa do ecletismo pelo ecletismo, mas para a provocação do diálogo. Agora, dentro da academia, nós temos os seguidores dos Habermas da vida, temos as pessoas que seguem um autor como se ele fosse a verdade e a vida. Não estou banalizando essa escolha, mas eu gosto mais da escolha um pouco mais eclética, e nessa busca um pouco mais ampla, provocar o diálogo para os que fisicamente não fazem, ou por questões de determinações de que o caminho é tal. Temos no Brasil, entre os nossos estudiosos negros, valorosas contribuições para o diálogo com qualquer um teórico europeu ou norte-americano. É importante que nos provoquemos isso.

28/08/2013  
Matilde Ribeiro